

## **LEI MUNICIPAL Nº. 467, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2022.**

*“Dispõe sobre a concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos da Câmara Municipal de Itapagipe-MG.”*

O Prefeito do Município de Itapagipe, faz saber que a Câmara Municipal elaborou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica autorizado o Poder Legislativo Municipal de Itapagipe-MG, a conceder, mensalmente, auxílio-alimentação ou cartão de alimentação no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), aos servidores efetivos, comissionados e cedidos, pagos pela Administração Pública da Câmara Municipal.

**Art. 2º.** O benefício de que trata o caput do artigo anterior não se aplica:

- I – aos servidores públicos da Câmara Municipal que se encontre em licença sem vencimentos;
- II – aos servidores inativos desta Casa de Leis;
- III - aos servidores que forem punidos administrativamente;

**Art. 3º.** O auxílio-alimentação de que trata esta Lei:

- I – Não tem natureza salarial, nem se incorporará à remuneração do servidor para quaisquer efeitos;
- II – Não será configurada como rendimento tributável e nem constitui base para incidência de contribuição previdenciária.
- III – Este auxílio será reajustado anualmente de acordo com o índice inflacionário oficial calculado pelo IPCA da FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) e na falta deste, por outro índice que venha a substituí-lo ou por índice correlato.

**Art. 4º** A aquisição do auxílio-alimentação se efetivará mediante processo licitatório para contratação de empresa especializada na administração na prestação de

serviços de fornecimento de cartão alimentação eletrônicos/magnéticos destinados aos servidores da Câmara Municipal de Itapagipe-MG.

**Parágrafo Único.** O auxílio-alimentação poderá ser concedido por meio de ticket, cartão, ou outra forma que melhor atenda os anseios da Administração Pública.

**Art. 5º** O benefício de que trata esta lei poderá ser suspenso, por Decreto, quando verificada a impossibilidade de sua manutenção.

**Art. 6º.** Os recursos para implantação e desenvolvimento da ação de que trata esta Lei ocorrerá por conta de dotações próprias consignadas na Lei Orçamentária Anual – LOA, para os exercícios financeiros que estiverem em vigor.

**Art. 7º.** Esta Lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 2023, revogadas as disposições em contrário

Itapagipe, MG, 02 de dezembro de 2022.

Ricardo Garcia da Silva  
Prefeito